MANDADO DE SEGURANÇA — DESISTÊNCIA — VALIDADE

— A desistência de mandado de segurança pelo impetrante independe de consentimento do impetrado.

— Não se aplica o disposto no art. 267, § 4º do Código de Processo Civil.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
Mandado de Segurança nº 23.740-6

Impetrante: Ricardo Luiz Rocha Cubas
Impetrado: Presidente do Tribunal de Contas da União
Relator: Sr. Ministro CELSO DE MELLO
Despacho do Relator
Advda: Raíssa da Costa Lago

DECISÃO: A *desistência* da ação de mandado de segurança, com *todas* as consequências jurídicas que resultam desse *ato unilateral* da parte impetrante, revela-se conduta processualmente lícita (RTJ 88/290, Rel. Min. DÉCIO MIRANDA), *podendo* ocorrer — consoante observa Hely Lopes Meirelles (*“Mandado de Segurança, Ação Popular, Ação Civil Pública, Mandado de Injunção, Habeas Data”*), p. 106/107, 20ª ed., atualizada por Arnaldo Wald, 1998, Malheiros) — *“a qualquer tempo, independentemente de consentimento do impetrado”* (grifei).

O Supremo Tribunal Federal, por isso mesmo, atento ao magistério da doutrina (CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, *“Manual do Mandado de Segurança”*, p. 138, 3ª ed., 1999, Renovar; FRANCISCO ANTONIO DE OLIVEIRA, *“Mandado de Segurança e Controle Jurisdicional”*, p. 177, item nº 7.19, 2ª ed., 1996, RT; J.M. OTHON SIDOU, *“Do Mandado de Segurança”*, p. 383, item nº 222, 3ª ed., 1969, RT; ALFREDO BUZAID, *“Do Mandado de Segurança”*, vol. I/235, item nº 151, 1989, Saraiva), tem enfatizado *não se aplicar*, ao processo de mandado de segurança, o que dispõe o art. 267, § 4º, do CPC (RTJ 114/552, Rel. Min. NÉRI DA SILVEIRA — MS 22.129-DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO).

Na realidade, além de possível, a *desistência* da ação de mandado de segurança constitui *prerrogativa* de ordem processual que pode ser *livremente* exercida pela parte impe-

trante, *sem dependência da vontade da parte contrária ou da do julgador, e até contra elas, podendo ser manifestada a qualquer tempo, mesmo após a sentença favorável*” (SÉRGIO FERRAZ, *“Mandado de Segurança — Individual ou Coletivo — Aspectos Polêmicos”*, p. 37, 3ª ed., 196, Malheiros — Grifei).

Em suma: tratando-se de writ constitucional em questão, *assiste* ao impetrante, *sempre*, o direito de *desistir* da ação mandamental, *ainda* que a tanto queira se opor a autoridade impetrada (Arquivo Judiciário, vol. 108/339, Rel. Min. Henrique D’Ávila):

“É lícito ao impetrante desistir, a qualquer tempo, da ação de mandado de segurança, independentemente de aquiescência da autoridade apontada como coatora ou da entidade estatal interessada. Doutrina. Precedentes (STF).”

RE 259.343-SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

Sendo assim, *homologo* o pedido de desistência formulado pelo ora impetrante, or intermédio de Advogada investida de poderes especiais (fls. 9), e, em consequência, declaro *extinto* este processo mandamental, *sem julgamento de mérito*, restando *prejudicada* a determinação constante do item nº 2 do despacho exarado a fls. 56/58.

Arquivem-se os presentes autos.

Publique-se.

Brasília, 22 de agosto de 2000.

Ministro CELSO DE MELLO — Relator